



Contraditório think-tank

Briefing

Os Estados Unidos e a revolução árabe: à procura de parceiros confiáveis | Eduardo Passos

Para os Estados Unidos a revolução árabe que se espalhou por países como a Tunísia, Egipto ou Iémen, tem que ser analisada de formas distintas e não apenas como uma onda Huntingtoniana que varre a região e que terá a mesma consequência em cada uma destas nações. Os interesses americanos em cada país também variam e isso tem que ser levado em conta. Entende-se por isso a cautela nas declarações de Obama e da Secretária de Estado, Hillary Clinton, após a queda do governo tunisino e do início dos protestos nas ruas do Cairo.

Caso a revolução tivesse terminado na Tunísia, os Estados Unidos não teriam que enfrentar o actual dilema. Este país da região do Magrebe está longe de ser uma das prioridades da política externa americana. Os interesses americanos nesta nação, quando comparados com os que estão em jogo no Egipto, são modestos. Contudo, seria uma

oportunidade para Obama melhorar a imagem dos Estados Unidos na região apoiando, pela via diplomática, uma revolução liderada pelo povo, a partir das ruas, e com ideias democráticas.

Porém, o alastramento desta revolução para as ruas de algumas cidades do Egipto colocou Washington perante um difícil dilema. O Egipto é um dos principais aliados dos Estados Unidos nas negociações de paz entre Israel e Palestina, no combate ao terrorismo islâmico e na segurança do importante canal do Suez. A estabilidade desta aliança sempre esteve ligada à longevidade do regime de Hosni Mubarak. Por isso, o derrube do actual presidente do Egipto trará alterações de fundo à geoestratégia de Washington. Mas se o regime continuar de pé e com o apoio dos Estados Unidos, o anti-americanismo, já latente na região, aumentaria e mais uma vez



a crença liberal americana seria colocada em causa.

O processo de transição no Egipto pode ser nebuloso e imprevisível. Nas ruas, os protestantes mostram-se pouco interessados em organizar-se através de lideranças políticas e afirmam que a mudança partirá das ruas e do povo. Normalmente, isso equivale ao vazio político e ao caos.

A Irmandade Muçulmana, um grupo político islâmico com ideias radicais e principal partido da oposição, parece ser a grande sombra no processo de transição do Egipto. Até ao momento, este grupo tem apelado por uma transição pacífica e pretende formar um governo interino sem a presença do partido de Mubarak, o Partido Nacional Democrata. Caso isso aconteça, a Irmandade Muçulmana partiria com vantagem no intuito de conquistar um poder mais alargado dentro do país.

Se Mubarak, no seu discurso na última sexta-feira, 28 de Janeiro, tivesse afirmado que pretendia convocar eleições e que não iria concorrer a outro mandato e nem indicar um sucessor, haveria menos pressão em relação aos Estados Unidos, que tem tido bastante cuidado em não mostrar um apoio

contundente para nenhum dos lados. Contudo, Obama e os seus conselheiros sabem que Mubarak não deve desistir facilmente do poder, pretendendo, aliás, reformar o seu regime para mostrar uma cara mais amigável e compreensiva para a população.

Nesta primeira fase, Obama não pretende acelerar esta revolução, pelo contrário. A saída de cena de Mubarak por meio de uma eleição democrática poderia ser a melhor solução para os Estados Unidos, apesar da possibilidade de se instalar um novo governo egípcio igualmente pró-americano seja remota. Os militares egípcios surgem então como o melhor canal de comunicação que os Estados Unidos têm nesse país. Treinados e equipados pelos americanos, os militares egípcios podem ser influenciados pela administração Obama no sentido de restringir a violência e não permitir que a queda de Mubarak leve o país a uma guerra civil. Normalmente, em países com regimes repressivos, o exército não é bem visto pela população. Nesta situação específica não acontece o mesmo e Obama pode ver isto como uma hipótese de se demarcar de Mubarak e da sua evidente saída e não se envolver directamente no radicalismo proveniente das ruas ou das ainda



desconhecidas intenções da Irmandade Muçulmana.

Eduardo Passos, Investigador no Contraditório think tank